

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1 – INFORMAÇÕES BÁSICAS	
Secretaria/Setor requisitante:	<b>Secretaria Municipal de Economia, Finanças e Planejamento</b>
Responsáveis pela elaboração:	<b>Nome:</b> Cayo César Climeni <b>Cargo / nº de matrícula:</b> Contador em exercício / 2603  <b>Nome:</b> Welliton Roberto Vieira <b>Cargo / nº de matrícula:</b> Analista de Controle Interno / 3955
Especificação do objeto:	Contratação de licença de uso de sistema informatizado de análise e geração de informações, disponibilizado em ambiente 100% web, a partir dos balancetes mensais enviados em formato XML para o Sistema AUDESP do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, disponibilizando mecanismos facilitadores para prestação de contas, demonstrações gerenciais e analíticas para tomada de decisão e proporcione informações para otimização das rotinas do controle interno, permitindo o acompanhamento de indicadores mediante relatórios periódicos e sistematizados, visando atender normatização específica e exigências dos órgãos de fiscalização
Natureza do objeto:	<b>SOLUÇÕES TIC</b>

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

## 2 – ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

2.1. O Plano de Contratações Anual (PCA) ainda não foi efetivamente adotado pelo Município para este ano, com todas as especificidades que o compõe, de forma que a Administração está levantando esforços para sua implantação.

## 3 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

3.1. A crescente complexidade das exigências normativas impostas pelos órgãos de controle, somada à necessidade de assegurar maior transparência e eficiência na gestão pública, tem imposto novos desafios à Administração Municipal. Em especial, a área de contabilidade pública demanda elevado rigor técnico para o



## PREFEITURA DE ANGATUBA

CUIDANDO DA NOSSA GENTE

correto tratamento, análise e prestação das informações financeiras e fiscais, tornando-se imprescindível a adoção de soluções que ampliem a capacidade gerencial e de controle dos dados transmitidos.

3.2. No âmbito do Estado de São Paulo, o Sistema AUDESP – Auditoria Eletrônica de Órgãos Públicos, desenvolvido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, consolidou-se como a plataforma oficial para o envio e fiscalização das informações contábeis, orçamentárias, financeiras e patrimoniais dos órgãos públicos. Embora tenha promovido importante avanço na digitalização e padronização dos dados, o sistema exige o envio de arquivos em formato XML, cuja complexidade técnica dificulta a interpretação direta e o uso efetivo das informações por parte dos gestores municipais.

3.3. A dificuldade na leitura e análise dessas informações impacta negativamente a capacidade de acompanhamento da execução orçamentária e financeira, prejudicando o monitoramento tempestivo da conformidade com as normas legais e instruções do Tribunal de Contas. Além disso, limita a possibilidade de avaliação prévia dos dados a serem prestados, aumentando o risco de inconsistências e apontamentos por parte dos órgãos fiscalizadores, o que pode comprometer a imagem e a gestão fiscal do município.

3.4. Neste cenário, torna-se imprescindível o aprimoramento dos mecanismos internos de controle, por meio de instrumentos capazes de realizar a leitura, a análise crítica e a sistematização das informações extraídas dos balancetes enviados ao AUDESP. Essas ferramentas devem fornecer relatórios gerenciais e indicadores que possibilitem a tomada de decisão fundamentada, a otimização das rotinas administrativas e o fortalecimento das ações de controle interno, contribuindo para maior segurança e qualidade na gestão pública.

3.5. Portanto, a contratação de sistema informatizado que atenda a essas demandas representa medida estratégica para o aperfeiçoamento da governança fiscal municipal. A solução permitirá a administração uma visão clara, integrada e atualizada das informações contábeis e financeiras, promovendo o cumprimento das exigências legais e normativas, a mitigação de riscos e a eficiência na prestação de contas aos órgãos de controle externo.

## 4 – DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, os bens/serviços **têm natureza comum**.

4.1.1. O objeto **não se enquadra como sendo bem de luxo**, conforme Decreto Municipal nº 601/2021.

4.1.2. **O prazo de vigência inicial da contratação será de 12 (doze) meses, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.**

4.1.3. **O objeto possui caráter continuado, fundamental para a manutenção das atividades do Setor requisitante, cujo fornecimento possui necessidades permanentes ou prolongadas.**

4.1.4. As particularidades de cada item, bem como de cada módulo, estarão contidas nas respectivas especificações dos serviços no Termo de Referência.

**4.2. Para o problema indicado ser solucionado, entende-se necessário que a contratação apresente os seguintes requisitos:**

**a) Implantação dos sistemas:** serviços de importação e conversão dos dados do Sistema AUDESP do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de todos os órgãos da Administração Direta e Indireta Municipal.

**b) Treinamento:** usuários e administradores do sistema.



## **PREFEITURA DE ANGATUBA**

CUIDANDO DA NOSSA GENTE

---

c) **Licenciamento de uso:** licença de uso de sistema informatizado de análise estruturada de dados técnicos e gerenciais.

d) **Serviços de manutenção:** serviços técnicos especializados para atendimento à eventuais demandas do Município.

e) **Hospedagem de dados:** hospedado em nuvem (*datacenter* virtual).

f) **Atendimento à LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018):** a contratada deverá assegurar a conformidade com a LGPD, implementando medidas técnicas e administrativas que garantam a confidencialidade, integridade e rastreabilidade dos dados tratados pela solução ofertada, sob pena de responder pelo vazamento de dados e por eventuais danos causados a terceiros ou à municipalidade.

### **4.2.1. Sustentabilidade**

4.2.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto e no **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – AGU**, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

a) Utilização de solução em nuvem, que reduz o consumo de energia e elimina a necessidade de equipamentos físicos locais; e

b) Operação em data centers com certificações ambientais reconhecidas, assegurando menor impacto ambiental.

### **4.3. Subcontratação**

4.3.1. Para a licitação em questão, é vedada a subcontratação, nos termos do artigo 122, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

### **4.4. Garantia da contratação**

4.4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021.

### **4.5. Garantia dos produtos/serviços**

4.5.1. O prazo de garantia dos produtos/serviços é aquele previsto na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### **4.6. Vistoria técnica**

4.6.1. Dada as peculiaridades do objeto, não há qualquer necessidade de avaliação prévia ao local onde os serviços serão executados.

### **4.7. Da prova de conceito**

4.7.1. A licitante mais bem classificada, antes de ser homologada como vencedora, deverá demonstrar para uma Comissão Avaliadora, designada pela Prefeitura, que a proposta ofertada atende aos principais requisitos descritos no Termo de Referência, para que a solução integrada objeto do presente estudo não seja prejudicada durante a execução contratual. Portanto, a licitante melhor classificada deverá atender, ao menos, **85% dos itens de cada módulo do sistema**.



## **PREFEITURA DE ANGATUBA**

CUIDANDO DA NOSSA GENTE

---

**4.7.2.** Considerando a complexidade da solução tecnológica pretendida, bem como o impacto direto do sistema na rotina administrativa de diversos setores da Prefeitura, será exigida, como etapa obrigatória da seleção da proposta mais vantajosa, a realização de **Prova de Conceito (PoC)** pela(s) empresa(s) provisoriamente classificada(s). A PoC consistirá na demonstração prática da solução ofertada, em ambiente controlado, com vistas a verificar o cumprimento de, no mínimo, **85% dos requisitos técnicos essenciais** estabelecidos no Termo de Referência.

**4.7.3.** O índice de 85% representa um patamar técnico mínimo capaz de atestar a aderência substancial da solução proposta ao conjunto de funcionalidades e características esperadas, sem inviabilizar a competitividade do certame. A definição desse percentual levou em consideração a complexidade do sistema, o volume de requisitos envolvidos e a natureza tecnológica da contratação, reconhecendo que, durante a PoC, algumas configurações poderão demandar customizações pós-contratuais, sem comprometer o núcleo funcional da ferramenta.

**4.7.4.** A exigência da PoC justifica-se pela necessidade de mitigar riscos de contratação de sistemas incompatíveis com a realidade do Município, bem como de assegurar que a solução proposta atenda, de forma funcional e satisfatória, os parâmetros técnicos definidos pela Administração. A PoC permitirá a validação de aspectos como navegabilidade, integridade dos módulos, tempos de resposta, interface amigável, integração entre áreas, disponibilidade de relatórios, mecanismos de auditoria, e aderência às normas legais e contábeis aplicáveis à gestão pública.

**4.7.5.** Os detalhes acerca da execução Prova de Conceito estarão em tópico específico no Termo de Referência.

### **4.8. Da participação de consórcios**

**4.8.1.** A Lei nº 14.133/2021 tem como regra a permissão à participação de consórcios, inclusive quando o instrumento for omissivo sobre o tema. A Administração Pública, quando não permitir a participação de licitantes em consórcios, deve motivar essa decisão, justificando as razões para tanto.

**4.8.2.** O ato convocatório poderá admitir ou não a participação de consórcio, sendo essa escolha um ato discricionário da Administração Pública, o que evidentemente não significa autorização para decisões arbitrárias ou imotivadas. Por este motivo, a Autoridade Licitante, dentro do poder discricionário de melhor conveniência e oportunidade decidirá pela vedação ou não à participação de empresas em regime de consórcio.

**4.8.3.** A admissão de participação de consórcio faz-se necessária quando em razão das circunstâncias do mercado e/ou a complexidade do objeto tornam problemática a competição, ou seja, quando parcela significativa de empresas, isoladamente, não dispuser de condições para participar da licitação. Dessa forma, a participação de empresas reunidas em consórcio ampliará o universo de licitantes, pois possibilitará a junção de duas ou mais empresas para realização de determinado objeto. (Marçal Justen Filho, Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas, 2021).

**4.8.4.** A jurisprudência do TCU traz entendimento que a formação de consórcio tanto pode fomentar a concorrência, como cerceá-la. Ou seja, a vedação ou a admissão de consórcio em licitação deve ter em vista possibilitar maior concorrência, que conforme o caso concreto pode ocorrer em uma ou outra situação [...]. (Acórdão TCU 2.813/2004 e 1.782/2009).

**4.8.5.** Com relação a presente contratação, a vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio, se justifica na medida em que nas contratações de bens e serviços



## PREFEITURA DE ANGATUBA

CUIDANDO DA NOSSA GENTE

comuns, tendo em vista a proporção da demanda do Município, é perfeitamente pertinente e compatível com empresas que atuam em todo território nacional, empresas essas que possuem condições suficientes para a execução de objetos dessa natureza, o que não tornará restrito o certame a um pequeno número de empresas.

**4.8.6.** Assim sendo, avaliando a realidade do mercado para este objeto, **não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.**

### **4.9. Da participação de pessoa física**

**4.9.1.** A execução do objeto é incompatível com a natureza profissional da pessoa física, pois trata-se de prestação de serviços que exige uma estrutura mínima para atendimento às demandas, como a disponibilização e gestão de diversos profissionais, materiais, insumos e equipamentos.

**4.9.2.** Assim sendo, avaliando a realidade do mercado para este objeto, **não será permitida a participação de pessoa física.**

### **4.10. Da qualificação técnica**

**4.10.1.** Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

**4.10.2.** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas: comprovação de prestação de serviços com características pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, com no **mínimo 03 (três) anos de experiência não concomitante.**

**4.10.3.** A exigência de atestados de capacidade técnica que comprovem a prestação de serviços compatíveis com o objeto da licitação, com experiência mínima de três anos, ainda que não concomitantes, encontra respaldo legal no § 5º do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, que admite tal requisito em contratações de serviços contínuos.

**4.10.4.** Essa previsão legal foi reconhecida como legítima pelo Tribunal de Contas da União (TCU), desde que a Administração justifique tecnicamente a pertinência da exigência em função da natureza do objeto licitado. O Acórdão nº 924/2022 – Plenário reforça que a exigência de experiência mínima, por prazo determinado, pode ser aceita como medida excepcional, devendo estar vinculada a elementos objetivos que evidenciem a necessidade de qualificação mínima para a adequada execução contratual.

**4.10.5.** No presente caso, trata-se de solução tecnológica voltada à prestação de contas, à geração de relatórios gerenciais e analíticos e à otimização das rotinas do controle interno da Administração. Considerando o grau de especialização exigido, bem como a necessidade de compatibilidade com estruturas técnico-contábeis e normativas específicas dos órgãos de controle, justifica-se a exigência de experiência prévia mínima de três anos, a ser comprovada por meio de atestados de capacidade técnica compatíveis com o objeto da licitação.

**4.10.6.** Essa exigência visa garantir que a empresa contratada possua histórico consistente de atuação no desenvolvimento ou disponibilização de sistemas com características similares, capazes de atender com estabilidade e precisão às particularidades do ambiente AUDESP e às exigências legais de controle interno e externo. A experiência mínima de três anos evidencia não apenas o domínio técnico da contratada, mas também



## PREFEITURA DE ANGATUBA

CUIDANDO DA NOSSA GENTE

a maturidade das soluções ofertadas, o que representa fator relevante na mitigação de riscos e na garantia de maior segurança e eficiência à Administração Pública.

**4.10.7.** A ausência de exigência mínima de experiência anterior comprometeria gravemente a segurança e a viabilidade técnica da contratação, dada a complexidade envolvida na integração sistêmica com a base de dados do Sistema AUDESP e no atendimento às diretrizes normativas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. A solução demandada exige conhecimento consolidado em estruturação de bases contábeis públicas, interpretação de dados extraídos via XML em padrões específicos, geração de relatórios dinâmicos compatíveis com os demonstrativos legais e oferta de mecanismos que auxiliem na tomada de decisão estratégica do controle interno. Tal nível de especialização técnica não pode ser obtido de forma empírica ou mediante soluções genéricas e improvisadas. Assim, o histórico de, no mínimo, três anos de atuação comprovada em atividades semelhantes constitui não apenas critério legítimo de qualificação, mas verdadeiro requisito técnico de viabilidade da contratação, indispensável para garantir que o objeto seja executado com eficiência, segurança jurídica e plena aderência às finalidades institucionais da Administração.

## 5 – LEVANTAMENTO DO MERCADO

**5.1.** O levantamento de mercado foi realizado a fim de identificar alternativas de soluções tecnológicas adequadas à demanda da Prefeitura Municipal, conforme a Lei Federal nº 14.133/2021, levando em consideração os aspectos técnicos, econômicos e de inovação.

### **5.1.1. Solução 01: Plataforma de Gestão Pública Integrada baseada em Cloud Computing (SaaS)**

Descrição:

Plataforma de gestão pública integrada que oferece um conjunto de módulos para a gestão de processos administrativos, financeiros, orçamentários, fiscais e de recursos humanos, todos em ambiente nuvem (cloud computing). A solução opera sob o modelo SaaS (Software as a Service), permitindo acesso remoto e escalabilidade.

**Prós:**

- **Escalabilidade e Flexibilidade:** A solução permite um número ilimitado de usuários e pode ser ajustada conforme as demandas da Prefeitura, garantindo o crescimento do município.
- **Redução de Custos Operacionais:** Dispensa a necessidade de servidores locais e manutenção de infraestrutura própria, com custos reduzidos de hardware e recursos de TI.
- **Acesso Remoto e Mobilidade:** Possibilita a gestão pública de qualquer lugar, garantindo maior mobilidade e continuidade dos serviços.
- **Atualizações Automáticas:** O fornecedor se responsabiliza pela atualização contínua do sistema, garantindo que a Prefeitura tenha acesso a tecnologias mais recentes.
- **Segurança e Compliance:** Oferece segurança de dados com backup em nuvem, criptografia e conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

**Contras:**

- **Dependência da Conexão com a Internet:** Em caso de falha na conexão com a internet, a plataforma pode ficar temporariamente inacessível.
- **Custos Mensais Recorrentes:** O modelo SaaS implica em custos contínuos, o que pode impactar o orçamento da Prefeitura a longo prazo.





## PREFEITURA DE ANGATUBA

CUIDANDO DA NOSSA GENTE

- **Dependência de Fornecedor Externo:** Caso o fornecedor da solução enfrente dificuldades financeiras ou operacionais, o município pode ser impactado na continuidade dos serviços.

### 5.1.2. Solução 02: Sistema de Gestão Local (On-premise)

#### Descrição:

Sistema de gestão desenvolvido e implantado para rodar nos servidores locais da Prefeitura. O sistema oferece módulos para a gestão pública em diversas áreas (contabilidade, controle interno etc.), sem a necessidade de conexão constante com a internet.

#### Prós:

- **Controle Total:** A Prefeitura mantém total controle sobre o ambiente de TI, incluindo segurança, infraestrutura e dados, reduzindo a dependência de fornecedores externos.
- **Custo Inicial Mais Baixo:** Embora o custo de aquisição seja mais elevado, a Prefeitura não terá custos recorrentes com assinaturas ou mensalidades.
- **Desempenho e Confiabilidade:** Por rodar localmente, o sistema tende a ser mais rápido e estável, não dependendo de conexões externas.

#### Contras:

- **Investimento Inicial Elevado:** Requer aquisição de hardware próprio (servidores, sistemas de backup, etc.) e equipe especializada para manutenção.
- **Escalabilidade Limitada:** A expansão do sistema dependerá da capacidade de infraestrutura da Prefeitura, o que pode demandar novos investimentos de hardware e licenciamento.
- **Manutenção Interna:** A Prefeitura precisará contar com uma equipe interna qualificada para manutenção, o que pode aumentar os custos com pessoal e treinamento.

### 5.1.3. Solução 03: Sistema de Gestão Híbrido (Modelo On-premise + Cloud)

#### Descrição:

Sistema de gestão pública com uma arquitetura híbrida, onde parte dos processos e dados são mantidos localmente nos servidores da Prefeitura e outra parte é gerenciada na nuvem. Esse modelo busca combinar o melhor dos dois mundos, garantindo maior flexibilidade e segurança.

#### Prós:

- **Flexibilidade na Infraestrutura:** Permite à Prefeitura manter processos sensíveis e dados críticos localmente, enquanto aproveita os benefícios da nuvem para outras funções (como backup, armazenamento e processamento de dados).
- **Resiliência e Continuidade:** A solução híbrida garante que, em caso de falha no servidor local, o sistema possa ser acessado via nuvem, garantindo maior continuidade dos serviços.
- **Custo Controlado:** Possibilidade de equilibrar investimentos entre infraestrutura local e nuvem, garantindo custos controlados e evitando gastos excessivos com data centers.

#### Contras:

- **Complexidade na Implementação:** A integração de sistemas locais e em nuvem pode ser desafiadora, exigindo maior planejamento e recursos para implementação.

- Necessidade de Gestão de Duas Infraestruturas: A Prefeitura precisará gerenciar tanto o ambiente local quanto o em nuvem, o que pode demandar mais recursos e pessoal qualificado.
- Custos de Licenciamento: Dependendo do modelo de licenciamento, pode haver custos elevados para a gestão de ambos os ambientes (local e nuvem).

## 5.2. Análise comparativa de contratações similares realizadas por outros entes públicos:

Descrição da Solução	Prós	Contras
<b>Plataforma de Gestão Pública Integrada baseada em Cloud Computing (SaaS)</b>	Flexibilidade e escalabilidade ajustáveis às demandas; Redução de custos com infraestrutura local; Atualizações automáticas e conformidade com LGPD; Acesso remoto favorecendo a continuidade dos serviços.	Dependência da qualidade da conexão à internet; Custos recorrentes ao longo do tempo; Risco de interrupção por problemas do fornecedor.
<b>Sistema de Gestão Local (On-premise)</b>	Controle absoluto sobre dados e infraestrutura; Desempenho otimizado localmente; Ausência de custos recorrentes de assinatura.	Investimento inicial elevado em hardware e pessoal; Escalabilidade limitada; Necessidade de equipe técnica qualificada para manutenção.
<b>Sistema de Gestão Híbrido (On-premise + Cloud)</b>	Combinação de controle local e benefícios da nuvem; Alta resiliência e continuidade operacional; Custos otimizados e equilibrados entre infraestrutura local e nuvem.	Complexidade de integração e gestão de ambientes distintos; Maior demanda por recursos humanos qualificados; Possíveis custos elevados com licenciamento e manutenção.

## 6 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

**6.1.** Em análise realizada no tópico 5 deste documento, denominado “Levantamento de Mercado”, encontramos algumas das possíveis soluções ao problema levantado. Considerando as vantagens e desvantagens de cada uma, concluímos que a **Solução 01** é a que melhor atende à necessidade enfrentada.

**6.2.** A solução adotada consiste na contratação de plataforma de gestão pública integrada baseada em cloud computing, ofertada sob o modelo SaaS (Software as a Service). Trata-se de uma solução moderna, com arquitetura escalável e flexível, que possibilita a gestão integrada de áreas como orçamento, finanças, contabilidade, arrecadação, pessoal, contratos, patrimônio, almoxarifado, protocolo, compras e controle interno, por meio de módulos interligados e operando em ambiente web, hospedado em nuvem.

**6.3.** A plataforma possibilita o acesso remoto e simultâneo por diversos usuários, inclusive via dispositivos móveis, promovendo mobilidade, eficiência e continuidade dos serviços administrativos mesmo em contextos de trabalho descentralizado. O modelo SaaS elimina a necessidade de aquisição de servidores físicos e infraestrutura própria, reduzindo significativamente os custos com hardware e suporte técnico, e transferindo ao fornecedor a responsabilidade pela manutenção, suporte, atualizações periódicas e segurança da aplicação.

**6.4.** A contratação prevê que a empresa fornecedora disponibilize suporte técnico especializado, com atendimento remoto e, se necessário, presencial, durante todo o período de vigência contratual. Deverá ser garantida a execução de manutenções corretivas, adaptativas e evolutivas, bem como a realização de treinamentos presenciais e online para os servidores públicos municipais que utilizarão a plataforma, abrangendo as funcionalidades de todos os módulos contratados.





## **PREFEITURA DE ANGATUBA**

CUIDANDO DA NOSSA GENTE

---

**6.5.** A exigência de garantia técnica se justifica diante da essencialidade dos serviços prestados, uma vez que eventuais falhas ou indisponibilidades podem comprometer a gestão orçamentária, financeira e contábil do Município. O fornecedor deverá assegurar alto nível de disponibilidade da plataforma, com registro e monitoramento contínuo dos níveis de serviço (SLA), garantindo integridade, confidencialidade e rastreabilidade das informações, em conformidade com os princípios da administração pública e com as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

**6.6.** Sob o ponto de vista técnico e econômico, a solução adotada representa a alternativa mais vantajosa, pois oferece alto grau de padronização, interoperabilidade e automação de processos, ao mesmo tempo em que otimiza a alocação de recursos públicos, evitando investimentos elevados em infraestrutura própria e capacitação interna contínua. A centralização das operações em ambiente digital seguro reduz riscos operacionais e favorece a transparência da gestão municipal, contribuindo para maior eficiência e controle das atividades administrativas.

**6.7. Os principais requisitos técnicos indispensáveis para contratação do software são:**

1. Sistema desenvolvido em plataforma web;
2. Gerenciamento das informações através de aplicativo em plataforma web, desenvolvido com linguagem de alto nível;
3. Informações disponíveis pela internet, através de vários navegadores, inclusive através de dispositivos móveis como tablets e smartphones;
4. Controle de acesso a dados seguro mediante controle de usuários e senhas criptografadas;
5. Backup automatizado, garantindo segurança no acesso às informações;
6. Propiciar à contratante, mecanismos mais eficazes e eficientes na obtenção de informações transmitidas ao Sistema AUDESP;
7. Proporcionar demonstrativos para análise técnica e gerencial sobre indicadores de gestão fiscal, de forma padronizada e organizada;
8. Proporcionar à contratante mecanismos que facilitam a prestação de contas aos órgãos de controle externo;
9. Proporcionar à contratante informações e mecanismos para otimização das rotinas do controle interno;
10. O sistema deve obter as informações em padrão XML do Sistema AUDESP do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
11. Possuir rotina automatizada para importação dos arquivos eletrônicos em padrão XML do Sistema AUDESP, conforme layout definido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
12. Permitir a consolidação de arquivos contendo os balancetes contábeis mensais dos órgãos da Administração Direta e Indireta, em formato e regras definidos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e Secretaria do Tesouro Nacional;
13. Disponibilizar as informações em padrão XML, XBRL, CSV, entre outros *layouts*, para prestação automatizada a sistema da Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Educação, Ministério da Saúde e Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
14. Propiciar mecanismos que permita gerar e salvar relatórios no mínimo em padrão XLS, DOC e PDF;
15. As informações contábeis, orçamentária, financeira e patrimonial devem dar atendimento as NBCASP (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público);
16. Sistema em conformidade com a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) ou apresentar plano de trabalho para atingimento dessa conformidade indicando DPO responsável na empresa por essa atividade.



## **PREFEITURA DE ANGATUBA**

CUIDANDO DA NOSSA GENTE

### **6.8. O software deve minimamente contemplar as seguintes funcionalidades:**

1. Permitir comparar cenários orçamentário visualizando informações históricas de receita, despesa e índices constitucionais;
2. Permitir simulação de cenários com informações históricas, projetado e comparando receitas e despesas;
3. Permitir simular cenários de receita e despesa confrontando com indicadores econômicos - IPCA e IGP-M;
4. Emissão de demonstrativos para acompanhamento e avaliação do cumprimento das metas de arrecadação e indicadores de Gestão Fiscal do município, permitindo visualizar os resultados da execução orçamentária e financeira, cumprimento dos índices mínimos constitucionais, tais como, Ensino, Fundeb, Saúde, DCL, Despesas com Pessoal, Limite de Endividamento e apuração da Capacidade de Pagamento do Município;
5. Relatório de acompanhamento da evolução de arrecadação comparadas com as despesas realizadas dos últimos exercícios;
6. Relatório de projeção arrecadação para avaliação da meta de arrecadação;
7. Relatório que permita a apuração da suficiência ou insuficiência financeira no período e projetada para o exercício financeiro;
8. Geração das informações financeiras, contábeis e fiscais e comprovação dos requisitos fiscais para prestação de contas no Sistema de Informações sobre Requisitos Fiscais do Governo Federal;
9. Geração das informações orçamentária, financeira e contábil para transmissão e homologação no Sistema SICONFI da Secretaria do Tesouro Nacional;
10. Geração das informações orçamentária, financeira e contábil com as especificações da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) para transmissão e homologação no Sistema SICONFI da Secretaria do Tesouro Nacional;
11. Geração das informações orçamentárias e financeiras para transmissão e processamento das informações no Sistema Eletrônico do SIOPE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação e validação no Módulo de Acompanhamento e Validação do SIOPE – MAVS;
12. Geração das informações e dados orçamentários e financeiros para transmissão e homologação para o Sistema Eletrônico do SIOPS - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde do Ministério da Saúde;
13. Relatórios pormenorizados com indicadores do RREO, RGF, Ensino, Fundeb e Saúde para prestação de contas via interação direta no Sistema AUDESP do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
14. Disponibilizar mecanismos de controles que permita o acompanhamento dos gastos nos últimos dois quadrimestres do último ano de mandato - Artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal;
15. Disponibilizar mecanismos de controles que permita o acompanhamento do limite de despesas com pessoal e encargos no último ano de mandato- Artigo 21, parágrafo único da Lei de Responsabilidade Fiscal;
16. Disponibilizar mecanismos de controles que permita o acompanhamento mensal do Cumprimento das Receitas e Despesas correntes, de acordo com o artigo 167-A da Constituição Federal;
17. Disponibilizar mecanismos de controle mensal para análise da Capacidade de Pagamento do Município – CAPAG;
18. Relatório de análise e avaliação do cumprimento das metas do Resultado Nominal e Primário;
19. Relatório do Limite de Endividamento do Município, conforme Resolução 40/2001-art. 3º, II do Senado;



## **PREFEITURA DE ANGATUBA**

CUIDANDO DA NOSSA GENTE

---

20. Elaboração da Audiência Pública de Avaliação das Metas Fiscais Quadrimestrais para cumprimento do artigo 9º, parágrafo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal;
21. Relatórios pormenorizados por razão de conta corrente, conforme regradas do Sistema AUDESP;
22. Demonstrativos de Balanços Contábeis, conforme regras definidas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e Secretaria do Tesouro Nacional;
23. Elaborar plano operativo anual das atividades que serão desenvolvidas no exercício;
24. Permite o envio por meio eletrônico aos responsáveis de evento inseridos no plano operativo anual;
25. Oferecer mecanismos de controle que permite alterar o plano operativo anual, mantendo histórico de alterações;
26. Permite inserir na agenda do controle interno eventos do plano operativo anual e envio eletrônico aos responsáveis;
27. Oferecer mecanismos de elaboração de avaliação interna e envio por meio eletrônico ao responsável;
28. Permita o agendamento de avaliações internas e notificação para o responsável;
29. Rotina que permite cadastro de tipo de avaliação, informando regras e funcionalidades;
30. Permite vincular na avaliação interna as questões descritas no manual de controle interno do TCE-SP;
31. Rotina de acompanhamento das avaliações internas elaboradas;
32. Oferecer mecanismos de controle para análise comparativa das avaliações internas elaboradas, respondidas, vencidas e finalizadas;

### **6.9. Permitir, na emissão do relatório de controle interno, a análise e acompanhamento dos seguintes indicadores:**

1. Índices e indicadores da gestão municipal;
2. Metas e ações de governo;
3. Execução da receita e despesa;
4. Gestão orçamentária e financeira
5. Gestão das alterações orçamentárias;
6. Conciliação bancária;
7. Execução dos restos a pagar;
8. Recursos aplicados no ensino e Fundeb;
9. Recursos aplicados em Saúde;
10. Despesas com pessoal;
11. Execução dos precatórios;
12. Dívida consolidada líquida;
13. Limite de endividamento do município;
14. Resultado nominal e primário;
15. Alienações de ativos;
16. Operações de créditos, despesa de capital, avais e garantias;
17. Dívida ativa;
18. Encargos sociais;
19. Repasses ao terceiro setor;
20. Bens móveis e imóveis e Almoxarifado;
21. Limite dos repasses ao legislativo;
22. Repasses mensais ao legislativo;
23. Licitações e contratações de despesas;



## PREFEITURA DE ANGATUBA

CUIDANDO DA NOSSA GENTE

24. Despesas com adiantamento;
25. Cumprimento do artigo 21 e 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal;
26. Cumprimento do artigo 167-A da Constituição Federal;
27. Análise da Capacidade de Pagamento do Município – CAPAG;
28. Acompanhamento das obrigações no CAUC
29. Cumprimento de prazos de entrega do AUDESP;
30. Alerta e Instrução emitidos pelo TCE-SP;
31. Permitir o acompanhamento de forma automatizada da situação do Município no cumprimento dos requisitos fiscais junto ao Estado e União.

**6.10.** O Termo de Referência deverá prever a realização de serviços de implantação, os quais consistem em serviços de diagnóstico, configuração, conversão das informações e habilitação do sistema para uso. Além disso, deverá compreender os serviços de treinamento dos usuários.

### 7 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

**7.1.** Entende-se necessária a contratação dos itens e quantitativos:

Item	Descrição	Unid.	Quant.
01	Contratação de licença de uso de sistema informatizado de análise e geração de informações, disponibilizado em ambiente 100% web, a partir dos balancetes mensais enviados em formato XML para o Sistema AUDESP do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, disponibilizando mecanismos facilitadores para prestação de contas, demonstrações gerenciais e analíticas para tomada de decisão e proporcione informações para otimização das rotinas do controle interno, permitindo o acompanhamento de indicadores mediante relatórios periódicos e sistematizados, visando atender normatização específica e exigências dos órgãos de fiscalização	Mês	12

**7.2.** As quantidades estimadas foram calculadas de forma a contemplar a execução do objeto em sua anualidade.

### 8 – ESTIMATIVA DE VALORES

**8.1.** O valor estimado total desta contratação é de **R\$ 102.600,00 (cento e dois mil e seiscentos reais)**, conforme Nota Técnica – relatório de pesquisa de preços anexa a este ETP, bem como conforme abaixo:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor unit.	Valor total
01	Contratação de licença de uso de sistema informatizado de análise e geração de informações, disponibilizado em ambiente 100% web, a partir dos balancetes mensais enviados em formato XML para o Sistema AUDESP do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, disponibilizando mecanismos facilitadores para prestação de contas, demonstrações gerenciais e analíticas para tomada de decisão e proporcione informações para otimização das rotinas do controle interno, permitindo o acompanhamento de indicadores mediante relatórios periódicos e sistematizados, visando atender normatização específica e exigências dos órgãos de fiscalização	Mês	12	R\$ 8.550,00	R\$ 102.600,00



## PREFEITURA DE **ANGATUBA**

CUIDANDO DA NOSSA GENTE

### 9 – JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

**9.1.** Em conformidade com o art. 47 da Lei Federal nº 14.133/2021, a adoção do parcelamento da contratação deve ser analisada sob os critérios da viabilidade técnica, da vantajosidade econômica e da ampliação da competitividade. No presente caso, entretanto, não é tecnicamente viável nem economicamente vantajoso promover o fracionamento do objeto.

**9.2.** A solução tecnológica demandada pela Administração requer a contratação de um sistema completo, com módulos integrados e funcionamento unificado, de forma que as funcionalidades operem de maneira interdependente e coordenada. O fornecimento parcial por itens isolados comprometeria a coerência da solução, além de inviabilizar a responsabilização técnica única por sua implementação, manutenção e suporte.

**9.3.** Além disso, a celebração de múltiplos contratos para atender partes distintas do sistema acarretaria um aumento significativo no custo administrativo de gestão contratual, com riscos de incompatibilidade entre diferentes soluções tecnológicas, sobreposição de responsabilidades e entraves à continuidade dos serviços públicos.

**9.4.** Dessa forma, a contratação deverá ocorrer de forma **não parcelada**, com adjudicação por **lote único**, contemplando toda a solução tecnológica integrada, de modo a garantir a eficiência operacional, a segurança na execução e a economicidade global do certame. Essa abordagem está alinhada aos princípios da responsabilidade técnica, da eficiência administrativa e da vantajosidade para a Administração Pública, conforme disposto no art. 47, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

### 10 – RESULTADOS PRETENDIDOS

**10.1.** Pretende-se com a contratação deste sistema implantar mecanismos mais eficazes e eficientes na obtenção de informações orçamentária, financeira, fiscal e contábil buscando garantir a eficiência, a transparência, a prestação de contas aos órgãos de controle, auxiliar os gestores a impedirem eventuais irregularidades e auxiliar nas atividades operacionais do controle interno no processo de gestão de recursos em todas as áreas setoriais da administração.

### 11 – RISCOS DECORENTES DA DEMANDA

**11.1** A não contratação ou eventual interrupção dos serviços prestados, os sistemas e serviços. Uma falha desse tipo pode trazer prejuízos imensuráveis, prejudicando o desempenho e a continuidade das atividades administrativas.

### 12 – POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

**12.1.** A contratação da solução tecnológica baseada em cloud computing (SaaS) apresenta impactos ambientais positivos quando comparada a sistemas on-premise. A adoção de infraestrutura em nuvem reduz a necessidade de aquisição e descarte de equipamentos físicos (servidores, no-breaks, sistemas de refrigeração, etc.), contribuindo para a diminuição da geração de resíduos eletrônicos. Além disso, fornecedores de data centers em nuvem geralmente seguem padrões internacionais de eficiência energética, com uso de fontes renováveis e



práticas de sustentabilidade. Dessa forma, a solução contratada contribui para a redução da pegada de carbono e para um modelo de gestão pública mais sustentável.

### 13 – PROVIDÊNCIAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

TIPO	ASSINALAR	DETALHAMENTO
Necessidade de capacitação de gestores e fiscais da contratação		
Instalação elétrica		
Instalação lógica		
Adaptação do ambiente		
Obtenção de licença		
Outro		
Não se aplica	X	A solução integrada fornece todas as providências necessárias, que serão pormenorizadas em Termo de Referência (treinamentos, implantação, migração etc.)

### 14 – DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

14.1. O Estudo Técnico Preliminar (ETP) realizado para a contratação em tela trouxe informações detalhadas sobre a necessidade e viabilidade da contratação. Com base nas análises realizadas, concluímos que a contratação pretendida é viável e essencial para garantir a plena execução do objeto.

### 15 – ANEXOS

15.1. São anexos deste ETP:

I. Nota Técnica – relatório da pesquisa de preços.

Angatuba/SP, 28 de maio de 2025.

**Cayo Cesar Climeni**

Contador em exercício  
Matrícula nº 2603

**Welliton Roberto Vieira**

Analista de Controle Interno  
Matrícula nº 3955

Aprovo o presente ETP:

**Gabrielle Aparecida Vieira**  
**Secretária Municipal de Economia, Finanças e Planejamento**  
Matrícula nº 2997





**PREFEITURA DE**  
**ANGATUBA**  
CUIDANDO DA NOSSA GENTE

---

## Anexo I

### **Nota Técnica – relatório da pesquisa de preços**